

Copyright © Arcângelo da Silva Ferreira; Elisângela Maciel (orgs.), 2021
© Projeto gráfico – Editora Valer

EDITOR – **Isaac Maciel**
COORDENAÇÃO EDITORIAL – **Neiza Teixeira**
CAPA E DIREÇÃO DE ARTE – **Heitor Costa**
(Composição da capa a partir da pintura de Leone Righini)
PROJETO GRÁFICO – **Lais Cabral**
Revisão – **Núcleo de editoração Valer**
NORMALIZAÇÃO – **Ycaro Verçosa (CRB-11/287)**

F383h Ferreira, Arcângelo da Silva (org.).

História, cultura, trabalho e instituições na Amazônia./ Arcângelo da
Silva Ferreira; Elisângela Maciel (orgs.). – Manaus: Editora Valer, 2021.

640 p.

ISBN 978-65-5585-179-3

1. Amazônia – história I. Maciel, Elisângela, org. II. Título

027/2021

CDD 918.1104
22. ed.

Conselho editorial

João de Jesus Paes Loureiro – dr. em Sociologia da Cultura – UFPA – Belém/PA/Brasil
Neiza Teixeira – dra. em Filosofia – Editora Valer – Manaus/AM/Brasil
Otoni Moreira de Mesquita – dr. em História – Ufam – Manaus/AM/Brasil
Renan Freitas Pinto – dr. em Sociologia – Ufam/UEA – Manaus/AM/Brasil
Saturnino Valladares – dr. em Humanidades e Serviços Culturais – Ufam – Manaus/AM/Brasil
Luiz Carlos Cerquinho de Brito – dr. em Educação – Ufam – Manaus/AM/Brasil
Auxiliomar Silva Ugarte – dr. em História – Ufam – Manaus/AM/Brasil
Ricardo Vasconcelos – dr. em Língua e Literatura Espanhola – San Diego State University – EUA
Claudio Rodríguez Fer – dr. em Literatura Espanhola – Universidade de Santiago de Compostela – Espanha

2021
Editora Valer

Rua Rio Mar, 63, Cj. Vieir Alves – Nossa Senhora das Graças
Cep: 69053-180 / Manaus-AM
Fone: (92) 3184-4568 / Whatsapp: (92) 99613-1113
www.editoravaler.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – As vozes das páginas 11

PREFÁCIO 13

CULTURA 17

CAPÍTULO I

A HISTÓRIA DA ARTE E AS IMAGENS DA AMAZÔNIA. 19

Aldrin Moura de Figueiredo

CAPÍTULO II

A representação cartográfica do rio Amazonas e o
processo de invenção da América (século XVI) 47

Lucas Montalvão Rabelo

CAPÍTULO III

Comunidades ibéricas e suas práticas culturais:
Belém do Pará (séc. XIX/XX) 75

Maria de Nazaré Sargos

O INDÍGENA NA REPÚBLICA E NO SPI: A AÇÃO DO INSTITUTO NO AMAZONAS

Simone Villanova

Introdução

O objetivo do artigo é analisar a instituição tutelar republicana no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que inicialmente se chamava Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), destacando sua fundação, em 1910, momento em que se encontrava subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Nesse momento, o SPI privilegiava a ideologia positivista que teve papel fundamental na formação da política indianista do período. O objetivo é demonstrar como essa ideologia foi assimilada pelo SPI, realçando também a dificuldade de inserir o indígena no projeto de nação que se formava, enfatizando brevemente como essa questão se processava na região amazônica.

A formação do SPI e o advento da República

Sempre foi preocupação da elite econômica e política do nosso país a integração física e cultural do indígena. Com métodos e objetivos diferentes, esses projetos de assimilação e dominação da cultura indígena foram formulados desde o período colonial. Do século XVI até o XVIII, os jesuítas e sua ação evange-

lizadora realizavam esse processo. Em fins do século XVIII, com a expulsão da famosa ordem religiosa, o Marquês de Pombal passou a incentivar os casamentos mistos como meio de dissolver a cultura nativa. Na metade do século XIX, com a formação do Estado-Nação, a figura do nativo precisou ser inserida nesse projeto de nacionalidade que se formava. Assim, nesse período, dominava a concepção romântica em que o índio aceito e integrado pela sociedade é aquele que mais se assemelha a um protótipo de cavaleiro ocidental: educado e heroico, sem qualquer referência à real cultura indígena.

Embora não seja o destaque do texto, não podemos deixar de enfatizar que o romantismo⁵⁰⁰ no Brasil assumiu características distintas ao longo do século XIX. Para os primeiros românticos que se dedicaram à literatura, escrevendo logo após a independência, ainda se tratava de glorificar o índio em oposição ao português. Em um segundo momento, quando a nação já estava formada, ganhou proeminência o tema da mestiçagem entre o índio e o português como fundadores da nação, com significativa ausência do negro.⁵⁰¹ No final do século XIX e início do XX, embora a ideologia romântica não fosse preponderante, ela ainda existia, mas estava sendo substituída pela inserção de um novo projeto em que a figura indígena precisava ser assimilada por

outros meios além da mestiçagem, ou de uma visão romantizada sobre sua figura ou história.

Assim, com o advento da República em fins do século XIX, e a formação do Estado nacional, fez-se necessário criar um novo plano de assistência ao indígena. Dessa forma, nasce o SPI, cuja característica básica é seu conteúdo laico, no qual a influência da igreja católica na educação dos índios começa a ser minimizada.

A “Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas”, conhecida como Comissão Rondon, iniciada em 1907, foi um projeto do governo brasileiro que tinha como finalidade assegurar a comunicação dos dois estados com a capital, o Rio de Janeiro. Com seus valores positivistas e republicanos, a comissão, comandada pelo Marechal Cândido Rondon, à época tenente-coronel, ultrapassou seu propósito inicial e tornou-se símbolo de contato com as populações indígenas, levando à criação do seu primeiro órgão de assistência. Nascia, assim, no governo do presidente Nilo Peçanha, em 20 de junho de 1910, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), sob a direção do Marechal Rondon.⁵⁰²

Consequentemente, o surgimento do SPI é produto do processo histórico que favoreceu o fim da escravidão negra, a introdução do trabalho assalariado e a secularização do Estado com a proclamação da República.⁵⁰³ Desde o anúncio da independência, em 1822, e mais efetivamente com o advento da República, o país tentava criar uma identidade própria. Então se fazia necessário a integração do índio ao conceito de nação⁵⁰⁴ que se forma-

500 O romantismo é um movimento sociocultural iniciado em fins do século XVIII e meados do XIX, desencadeado pela Revolução Francesa e Industrial que ocasionou rupturas sem precedentes com o passado. A primeira atitude, facilmente reconhecível dos grupos que se ligavam ao movimento romântico, é o “mergulho no passado”. Sendo uma espécie de compensação as mudanças que se processavam no tempo presente, houve uma nostalgia das sociedades pré-capitalistas, e em um segundo momento houve ânsia pelo futuro, e o presente foi visto como uma “primavera dos povos”, em que poderiam ver realizados os ideais humanos de felicidade e perfectibilidade. SALIBA, Thomé Elias. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003, p. 13, 14, 15, 16.

501 RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 164

502 Marechal Rondon e a criação do Serviço de Proteção aos Índios. Disponível em <www.eb.mil.br/noticias/asset_publisher/contente>. Acessado em 25 jul. 2020.

503 GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec Editora, Editora da Universidade de São Paulo, 1989, p. 22.

504 “Nação é uma comunidade ligada por experiências comuns atreladas por uma homogeneidade de língua, religião, ritos e cerimônias e localizada dentro de um recorte geográfico cuja localização se dá por uma centralidade política, in-

va. Essa necessidade se fazia presente porque o índio era o único elemento simbolicamente diferenciador na formação da nação, em uma sociedade em que o negro escravo não era levado em conta e a descendência branca era basicamente portuguesa.⁵⁰⁵

Deve-se lembrar que a ideia de Estado-Nação era nova no século XIX e implicava reconhecimento da existência de uma nação glorificada pelos nacionais e pelo Estado contemporâneo, essa era a concepção que as ex-colônias precisavam concretizar. Como a formação do Estado e a da Nação não são correlacionadas, a origem da ideia de nação apenas retira as aspirações já existentes entre seus habitantes: “[...] o que pensam o que são, o que gostariam de ser, ou seja, da ideologia construída pelos pensantes e acreditada pelo seu povo”.⁵⁰⁶ E qual era a ideologia criada pela elite para formar a concepção de nação no Brasil? De um país onde a cultura branca e europeia possa ser dominante. Assim sendo, o Estado é o organizador dos poderes e da ideologia da nação, e cria regras que, em princípio, são para todos os nacionais, mas que, de fato, não atingem a todos.⁵⁰⁷

Mesmo não objetivando desenvolver no trabalho as origens da ideia de nação ou de nacionalismo, é importante destacar um pouco as origens do nacionalismo e suas concepções, em virtude da relação que esse conceito possui com a pesquisa. O nacionalismo tal qual entendemos hoje, tem origem na Revolução Francesa, onde os verdadeiros representantes da nação eram considerados o terceiro estado. À medida que a burguesia assume

dependentemente de sua homogeneidade ou heterogeneidade linguística ou cultural.” RODRIGUES, Icles. *Histórias e memórias da Segunda Guerra Mundial e do Pós-Guerra do Leste Europeu a partir do Heavy Metal: análise da banda Sabaton*. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2016, p. 60.

505 ROCHA, Mendes Leandro. *A política indianista no Brasil (1930-1967)*. Goiás: Editora UFG, 2003, p. 40.

506 RICUPERO. *Op. cit.*, p. 12.

507 *Ibidem*, p. 12.

o poder econômico e político, o nacionalismo assume, às vezes, características imperialistas. Pois, agora, a defesa da nação não estaria mais ligada à contestação do poderio da classe feudal, mas assumiria o caráter de invasão a outros países, no sentido da defesa do território. Isso ocorre porque as contradições internas, que eram basicamente o conflito entre as classes detentoras do capital e a classe operária, deveriam ser amenizadas, para a união dos cidadãos em torno de um objetivo comum, formando, a partir desse sentimento, a unificação e a formação dos primeiros Estados-Nação da Europa. Enquanto no continente Europeu as contradições internas são refletidas nos conflitos sociais existentes entre a classe burguesa e a operária, no Brasil, os conflitos que deveriam ser amenizados passam pela percepção não somente do aspecto social, mas envolvem também as questões étnicas. Assim, como as pessoas escravizadas agora libertas serão inseridas nesse processo de formação das nacionalidades? E o indígena, como incluí-lo nessa nova fase da história do Brasil, em que a República defende a cidadania e direitos iguais para todos? Como amenizar o conflito inevitável entre esses grupos? O Estado republicano realiza várias estratégias.

Assim, segundo Anthony D. Smith, as concepções de nacionalismo são variadas. Para os nacionalistas modernistas, o sentimento de nacionalismo é um processo que pode ser instrumentalizado pelas elites em busca de uma unidade nacional que diminua tensões sociais internas, facilitando a manutenção do *status quo* por meio da romantização ou da homogeneização do passado com a cooptação das massas. Todo esse processo seria coordenado pelo Estado.⁵⁰⁸

Por isso, desde o século XIX, correntes filosóficas dominantes tentam adaptar à luz de sua ideologia meios de integração do

508 SMITH, Anthony D. *Nationalism and Modernism*. London and New York: Routledge, 1998, p. 54, 55.

indígena à nação. Dessa forma, como foi dito, durante o Império foi o romantismo que moldou as bases culturais para o projeto de nação. No caso do romantismo, a consciência nacional deveria ser harmonizada pela exaltação do índio e da fauna do país. Já na fase republicana foi precisamente o positivismo e suas vertentes: o evolucionismo e o cientificismo que forneceu os fundamentos para esse projeto.

O positivismo começou a ser divulgado no Brasil a partir de 1850 e, em 1881, Teixeira Mendes e Miguel Lemos fundaram no Rio de Janeiro o Apostolado Positivista, que era um núcleo de adeptos da filosofia de Augusto Comte.⁵⁰⁹ A base da doutrina formulada por Comte declarava que o homem deveria, inevitavelmente, passar por três estágios de evolução: o Teológico, o Metafísico e o Positivo. Assim, as sociedades mais primitivas e os povos mais civilizados seriam estágios diferentes de evolução. Estes estados foram divididos por Comte em três etapas: teológico, metafísico e positivo. O estado teológico fetichista, era considerado a infância da humanidade, sendo representado pelos povos da África e pelos índios da América do Sul, e o positivo, como era de se esperar, pela Europa Ocidental. Porém, as populações poderiam sair do grau fetichista diretamente para o último estágio por meio de uma *educação* racional e positiva que incentivasse o desenvolvimento mental do indivíduo.⁵¹⁰

Essa visão evolucionista colocava o indígena em uma posição passageira, na qual o ideal evolutivo baseado na tradição da cultura etnocêntrica seria alcançado por meio da educação e da aproximação com a civilização.⁵¹¹ Consequentemente, o cien-

509 GAGLIARDI. *Op. cit.*, p. 169.

510 PADOVANI, Umberto. CASTAGNOLA, Luís. *História da Filosofia*. 12 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978, p. 430, 431.

511 A partir do século XIX, surge o discurso civilizatório e modernizador que pretendia alcançar todas as estruturas sociais e culturais, incluindo o trabalho, o tempo, os lazeres. Era necessário civilizar e modernizar os mais longínquos lugares. A chamada civilização começava a ser buscada com maior frequência em fins do

tificismo que categorizava os seres humanos de acordo com as etnias, fundamentado no prestígio das ciências naturais, classificava as populações por meio de estudos que as incluíam como mais próximas ou mais distantes da escala evolutiva. Assim sendo, negros e índios estariam no degrau mais baixo de desenvolvimento humano e civilizatório.⁵¹²

Como a intelectualidade brasileira poderia assimilar tais correntes filosóficas para moldar o projeto de nação? Simplesmente assumi-las era como aceitar a inferioridade étnica e evolutiva do país. Os pensadores brasileiros teriam que adaptar seus conteúdos. Silvio Romero, jornalista e crítico literário, por exemplo, coloca que a miscigenação das três etnias levaria ao tão esperado branqueamento da nação brasileira, pois a etnia branca, por ser mais forte e possuidora de uma cultura mais desenvolvida, prevaleceria.⁵¹³

Assim, fica claro que, na visão da elite intelectual da época, os índios e os negros seriam assimilados progressivamente, e no futuro aconteceria o triunfo da “raça” branca. Mas, além da

século XVIII, fosse nos espaços culturais, fosse nos comportamentos ou na política. De acordo com Norbert Elias, a palavra civilização começa a ser usada com mais frequência na França iluminista do século XVIII, com um significado moral: ser civilizado significava ser bom, culto, urbano e educado. Para os iluministas, civilização se opunha à ideia de barbárie, de violência, de selvageria. Embora “civilização” não tenha o mesmo significado para diferentes nações do Ocidente, de modo geral, indica, desde o século XVII, a expressão de superioridade que o ocidente europeu julgava ser ao comparar-se às outras sociedades mais antigas ou contemporâneas, “mais primitivas”. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 193, 194.

512 Isto fica claro quando J. B Lacerda assim descreve os indígenas brasileiros: “pela sua capacidade os botocudos devem ser colocados a par dos neo-caledônios e australianos entre as raças mais notáveis pelo grau de inferioridade intelectual. As suas aptidões são muito limitadas e difícil é fazel-os entrar no caminho da civilização”. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 75.

513 BRITO, Fausto. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, jun., 2008, p. 25.

miscigenação, era necessário criar outros meios para que a população indígena pudesse ser inserida no inevitável processo civilizatório, o qual o Brasil republicano pretendia alcançar.

Portanto, logo após a proclamação da República, fez-se necessário realizar um novo pressuposto de lei indianista, o qual o Apostolado Positivista apressou-se em formular. O programa a ser apresentado ao público e ao governo, ao contrário do que se poderia esperar, tinha uma posição aparentemente mais humanista em relação aos indígenas, ao insistir que as populações nativas tinham o direito de ser reconhecidas como nações livres e que seus territórios fossem demarcados, punindo qualquer violação praticada pelos civilizados.⁵¹⁴ Também consideravam desumano pregar a extinção das populações indígenas com a alegação de que eram inferiores, por isso, defendiam a aproximação com os nativos com suavidade e não com violência.⁵¹⁵ Este novo olhar sobre os povos indígenas ocorre pois, assim como o romantismo possui fases diferenciadas, o positivismo também possui. Se em um primeiro momento os indígenas são observados como a escala mais baixa da evolução, vistos assim como fósseis humanos, isto é, “a velhice prematura da humanidade” sobre uma nova ótica agora são analisados como a infância da humanidade, por isso, devem ser protegidos e tutelados nesta percepção do positivismo.⁵¹⁶ Neste novo entendimento os povos indígenas são observados como nações independentes pelo SPI, mas por serem naturalmente ingênuos, incapazes de tomar decisões, devem ser integrados à nacionalidade brasileira por meio do trabalho agrícola e, nos anos trinta, com serviços de proteção ao território nacional.

514 CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo. Fapesp/SM/Cia das Letras, 1992, p. 135.

515 GAGLIARDI. *Op. cit.*, p. 177, 179

516 CUNHA. *Op. cit.*, p. 135

Consequentemente, cabia ao Estado efetivar a tarefa de atrair os povos indígenas por meio de brandura e paciência, mesmo com os gentios mais bravos, e, de modo pacífico e gradual, convertê-los aos padrões da cultura ocidental pelas vias do trabalho assistencial. A ideia de transitoriedade do índio orientava esse projeto: a política indigenista adotada civilizaria e transformaria o indígena em um trabalhador nacional. Para isso, seria necessário que os povos indígenas desistissem de suas tradições e costumes, mudando o vestuário, habitação, organização econômica, enfim, abandonando a sua cultura original. Seriam empregados métodos e técnicas educacionais para o controle desse processo baseados em mecanismos de nacionalização dos povos indígenas. Haveria aí contradições na proposta do Apostolado – uma vez que, embora os nativos fossem considerados nações independentes, eles eram ao mesmo tempo vistos em um estágio inferior, e só com o abandono da cultura original é que chegariam ao estágio adulto da evolução?⁵¹⁷

Na verdade, não essa aparente contradição estaria presente na própria ideologia positivista, inclusive nos pressupostos da filosofia comtiana, que também inseria a sociedade burguesa em uma escala evolutiva, à medida que acreditava que ela chegaria fatalmente ao estágio pacífico-científico industrial. Nesse regime sem contradição, as classes abastadas viveriam com os pobres sem greves e rebeliões. Seria a “regeneração universal”, e o caminho seria pacificar o Ocidente, que estava abalado com

517 Essa concepção de que os indígenas estão fadados ao desaparecimento foi uma ideologia defendida pela maioria das instituições de proteção ao indígena no século XX, inclusive por um dos maiores antropólogos do Brasil, Darcy Ribeiro, sendo que essa situação tem mudado recentemente, quando a população indígena aumentou e outras se adaptaram à cultura do homem branco sem perder aspectos de sua cultura original. MONTEIRO, Jonh Manuel. O desafio da história indígena no Brasil, p. 222, 223. In: SILVA, Aracy Lopes da. GRUPIONI, Luís Donizete B. (org.). *A temática indígena na escola*. São Paulo. Global/Mari/Mec/Unesco, 1998.

as revoluções sociais do século XIX. Na verdade, o antagonismo da Europa era inerente à sociedade capitalista. Do mesmo modo que a cultura europeia não tinha atingindo o grau máximo do desenvolvimento, na visão adaptada do positivismo no Brasil, os nativos poderiam, sim, ser considerados aqueles que possuíam nações independentes. Mas, simultaneamente, esse seria mais um motivo para que sua cultura fosse assimilada pela do homem branco, pois só assim o Brasil poderia tornar-se uma grande nação com características homogêneas.

No que diz respeito ao uso da força, o Apostolado se manifesta contrário a qualquer desordem social. Mudanças sociais ou culturais deveriam ser feitas por meios pacíficos, sem desordens ou mortandades. Os positivistas, cuja doutrina o Apostolado tem influência, aspiravam ao progresso, mas este deveria ser feito pela simples evolução, sem agitações sociais, pois a violência era vista como sinal de barbárie.⁵¹⁸ Por isso, a tentativa de aproximação com os nativos por meios pacíficos, sem a agressão que caracterizou durante tanto tempo a política do Estado Imperial e a colonização portuguesa.

Porém, muitas vezes esse processo de aproximação considerado pacífico era acompanhado de uma violência velada, por meio da demonstração de superioridade tecnológica do branco, que se utilizava de aviões e barcos motorizados, demonstrando a ineficácia da resistência indígena. O que ocorria eram “estratégias militares de guerra” e conquista sublimada destinada aos povos que ainda insistiam em ficar em “guerra” com os civilizados.⁵¹⁹ Para aqueles que se entregavam sem muita resistência,

518 GAGLIARDI. *Op. cit.*, p. 48, 49.

519 ROCHA. *Op. cit.*, p. 134, 135.

havia também a violência simbólica,⁵²⁰ efetivada pela imposição do trabalho e da educação.⁵²¹

Aliás, sobre o uso da violência ou não pelos positivistas, não havia unanimidade entre eles. Por exemplo, não havia homogeneidade entre os positivistas brasileiros quanto à forma como se daria a mudança política do Estado imperial ao republicano por meios pacíficos. Na verdade, firmes nos princípios doutrinários de Comte, os positivistas ortodoxos mantiveram-se alheios ao movimento que levou à Proclamação da República. Ao contrário, almejavam para o Brasil uma República ditatorial, legitimada pelo consenso da população.⁵²²

Mas, como foi descrito anteriormente, é possível perceber que os próprios positivistas – mesmo considerando a civilização europeia o auge da escala evolutiva e possuidores de uma cultura e de uma sociedade desenvolvida – percebiam a existência de questões a serem resolvidas, as quais faziam com que tal progresso social e científico tão almejado ainda não tivesse sido alcançado. O que dizer então das populações indígenas que estavam na infância da humanidade? Assim, ao conceder ao indígena alguma soberania e humanidade era até mesmo uma questão de orgulho nacional, pois a elite não aceitaria simplesmente a teo-

520 O termo violência simbólica foi criado por Bourdieu. Para ele, os sistemas simbólicos cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, o que contribui para assegurar a dominação (violência simbólica) de um grupo sobre o outro. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 10, 11.

521 De acordo com os positivistas, a educação deveria ser leiga, por isso, desprezavam a conduta religiosa no processo de educar. Em sua visão, se o catequizador estivesse no estágio moral e mental equivalente ao teológico-metafísico, a intervenção na educação indígena só poderia ser prejudicial. Além disso, a consciência humana está apta a conhecer o mundo sem intervenção divina. GAGLIARDI. *Op. cit.*, p. 175.

522 PAIM, Antônio. *História das ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Editora Grijalbo, 1967, p. 181.

ria evolucionista sem fazer algumas considerações, mesmo que no país a ideia de inferioridade da etnia prevalecesse.

Seguindo a proposta do SPI e do Apostolado de integrar o indígena à nação, reconhecendo sua integridade, encontrou, no entanto, certa resistência por parte do governo, pois seria necessário redefinir os mecanismos de distribuição de riquezas. O Estado, que era extremamente dependente das oligarquias rurais, principalmente de São Paulo e de Minas Gerais, procurava manter o equilíbrio entre os interessados. O que importava aos governos estaduais era breçar a penetração indígena nas regiões em que a economia de mercado começava a se formar.

Nesse período, a economia cafeeira, baseada em uma produção de larga escala voltada ao mercado externo, encontrava nas terras do Vale do Paraíba um decréscimo na produção, devido à plantação exploratória. Fez-se necessário, então, que fazendeiros e grileiros avançassem para as áreas inexploradas do interior de São Paulo e do Sul do país, onde ainda viviam as populações autóctones.⁵²³ No Amazonas, o SPI também entra em conflito com o governo, visto que para continuar com a produção da borracha era necessário invadir as terras indígenas. Assim, em alguns momentos, o órgão se posicionava na tentativa de proteger as terras dos nativos, mas, invariavelmente, cedia frente à pressão governamental para que seu território fosse ocupado para abrigar a produção ou a extração de produtos originários da floresta.

Por isso, não interessava à elite reconhecê-los como nações independentes, que precisassem ter suas terras demarcadas, e, assim, predominou no SPI a concepção que colocava os nativos como a "infância da humanidade". Dessa forma, os povos indígenas passam a ser vistos como desamparados que necessitavam de tutela e proteção por serem considerados incapazes. Eram

povos com nações independentes, mas por serem considerados inábeis, nada mais natural que o governo demarcasse seus territórios devido sua inabilidade de autogoverno. Também a elite considerava: se eles possuem nações e culturas independentes, nada mais certo do que acelerar seu processo de inserção na grande cultura nacional, por meio do trabalho e da educação.

Essa visão vai marcar profundamente a política indianista republicana do SPI: a necessidade de nacionalização e incorporação dos índios à sociedade branca, que deveria ser atingido para formar o conceito de nação. Tal ideal de nação fez com que o Estado passasse a destruir os particularismos culturais para forjar a nacionalidade.

Se, por um lado, o nativo possuía um valor cultural na ideologia da nacionalidade, pois foram os primeiros habitantes de nossa terra, por outro lado, eram considerados um obstáculo aos interesses privados de exploração econômica. Nesse contexto, os indígenas eram vistos como um entrave ao desenvolvimento do país. O único meio de assimilá-los era oferecer proteção física e assistencialismo por meio da disciplina no trabalho e na educação, nem que para isso fosse necessário mudar sua cultura, sua sociedade, em nome do progresso.⁵²⁴

Assim, fica claro que o objetivo inicial do sistema tutelar do SPI não era garantir a integridade física do indígena, mas sua nacionalização junto ao país. O SPI foi criado em um período em que surgia o poder público em detrimento do poder privado e ocorriam mudanças profundas no quadro econômico e político da nação, sendo um momento de transição no qual os conflitos com a população autóctone não se efetivava apenas no nível das tensões entre colonos e indígenas na procura por mão de obra, ou por terras, como ocorreu nos séculos XVI e XVII, mas acontecia em um período histórico muito mais abstruso. No início do

523 GAGLIARDI. *Op. cit.*, p. 62, 90, 189, 190.

524 ROCHA. *Op. cit.*, p. 66.

século XX, o Estado assume a tutela do índio e realiza uma política complexa de adaptá-lo à elite branca, nacionalizando-o por meio do trabalho e da educação, tendo ao mesmo tempo que defender os interesses do empreendedor capitalista e da sociedade branca frente aos direitos originários dos povos indígenas. Por tentar equilibrar-se em interesses tão antagônicos o SPI, acaba sendo extinto em 1967, acusado de corrupção por parte de seus funcionários sendo substituído no mesmo ano, pela criação da Funai.

Fato é que a conduta da tutela em relação ao indígena foi questão presente desde o século XVI. A diferença é que, anteriormente, a harmonia entre brancos e índios não tinha caráter humanitário (mesmo que não se tenha dado na prática), nem motivação filosófica preponderante, assim como o processo de miscigenação. Atrair a filosofia positivista à política indianista do SPI, colocando o indígena como uma criança que precisa ser tutelada, de certa forma gerou mais uma visão depreciativa da população nativa. É retirado deles a autonomia que antes possuíam. Nos séculos anteriores, os nativos podiam ser considerados selvagens, mas não eram vistos como crianças abandonadas, uma compreensão que minimiza a concepção de povos que possuíam. Anteriormente, havia a divisão dos índios em amigos e inimigos. A partir do século XX, esses mesmos índios vistos como hostis passam a ser considerados crianças abandonadas, desprotegidas. É preciso civilizá-los, protegê-los aos moldes da sociedade branca e se aproximar com brandura e paciência. No século XVIII, isso não seria possível, pois das muitas percepções que os europeus possuíam destes povos uma delas sem dúvida é de que eram perigosos combatentes ou guerreiros estrategistas e corajosos.

No entanto, essa concepção infantilizada e frágil do indígena, proveniente do positivismo é questão corrente em alguns momentos, até mesmo nos dias atuais. O entendimento de que são povos que foram massacrados e destruídos pelos euro-

peus, desprovidos de resistência ou de opinião, embora não seja a única percepção que a sociedade possui sobre sua cultura é ainda transmitida muitas vezes nos meios de educação e de comunicação.

No Amazonas, a atuação do SPI

Se destacarmos, mesmo que brevemente, a atuação do SPI na região do Amazonas, o contexto é ainda mais complexo. Neste caso, a questão não é somente a inserção da cultura nativa à pátria, inclui também o território amazônico, visto como isolado ao longo dos séculos. A Amazônia foi observada durante muito tempo como um local distante do restante do país e ainda hoje é lembrada dessa forma. Até meados do século XX, era tida também como uma região ameaçadora, mas com muitas riquezas a serem exploradas. Assim, o Estado do Amazonas era lembrado como um local que, apesar das dificuldades no que diz respeito a recursos financeiros ou humanos, precisava ser inserido ao território nacional. Integrar foi a palavra de ordem durante muito tempo: na época dos militares, com a criação da Zona Franca; no período imperial, pelos viajantes estrangeiros que passaram a deslumbrar os europeus com seus relatos de viagem.⁵²⁵

Juntamente à palavra integração, vinha o discurso do progresso. Fosse por meio da indústria, fosse por meio da agricultura, a região deveria ser inserida ao Brasil. No início do século XX, assim era a percepção que se possuía do Amazonas: pertencia ao país, mas poucos o conheciam; era território nacional, mas não era integrado; era visto pelos próprios brasileiros como um local

525 Regina Marcia de Jesus. *Delírios e Agruras do Látex*. (Tese) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Faculdade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1993, p. 3, 4.

exótico, possuidor de uma cultura indígena ainda muito presente, mas que precisava, assim como toda a região, ser rapidamente inserido à nação brasileira.

No que diz respeito à cultura indígena, no Amazonas, a força de trabalho local sempre foi utilizada seguindo dois caminhos: o da violência ou o da persuasão. Os relatórios dos presidentes da província do século XIX denunciam vários casos de abuso por parte dos diretores que conduziam os regulamentos das missões, órgão responsável por uma política, direcionada ao trato com os indígenas, e que utilizava também a catequese religiosa, materializada com a vinda de padres capuchinhos da Itália.⁵²⁶ Essa atuação violenta contra os indígenas é evidenciada na descrição do então presidente da província, Francisco José Furtado, em 1858: “A despeito das regularidades que os protege [...] eles sofrem toda a sorte de injustiça, violências e fraudes, não de algumas autoridades subalternas, como de seus próprios diretores”.⁵²⁷

Esse é um breve panorama de como era a situação do indígena que tinha contato com a cultura branca no Amazonas no século XIX e, invariavelmente, da maioria dos nativos do Brasil. No entanto, com a República, em 1889, veio uma nova Constituição. Em que pese a primeira Constituição republicana, de 1891, há um silêncio a respeito dos povos indígenas e do uso de suas terras, muitas vezes deixando qualquer resolução sobre o assunto a cargo dos Estados.

No caso do Amazonas, a legislação consagrou aos nativos o direito às terras por eles ocupadas. No entanto, a principal ri-

526 MELLO, Joaquim Rodrigues de. *A política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios: 1910-1932*. (Dissertação) Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2007, p. 65.

527 RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas pelo então presidente da província, Francisco José Furtado, em 1858. Arquivos da Biblioteca do Amazonas.

queza existente na região, e que passa a ser explorada em alta escala, era a borracha, que se encontrava em seus territórios. Conseqüentemente, os conflitos entre os nativos e os exploradores tornaram-se inevitáveis e soma-se a esse fato a exploração do trabalho nativo para a retirada dos produtos da floresta.⁵²⁸

Foi nesse contexto que, em 1910, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, cujo objetivo era “proteger” os povos indígenas e, ao fazer contato com aqueles povos que não viviam em contato pacífico com a chamada “sociedade nacional” (prática que ficou conhecida como “pacificação”), conseguir integrá-los e torná-los produtivos economicamente.

Integrada a esse órgão, foi criada a Inspetoria do Amazonas, instalada em 16 de julho de 1911, tendo à sua frente o engenheiro militar Alípio Bandeira. É em Bandeira que vamos nos deter, por ser o primeiro diretor da inspetoria Regional do Amazonas. A escolha de militares para assumir cargos no SPI geralmente não era por acaso. Os militares eram considerados agentes de “civilização” e de “nacionalidade”, vistos à época como os mais habilitados para lidar com os povos indígenas e garantir a sua “pacificação”, nos termos concebidos pelo governo republicano. Alípio Bandeira introduziu nos quadros do Serviço de Proteção aos Índios seus irmãos Virgílio Bandeira e Arthur Bandeira. Ambos chegaram à condição de inspetor e também estiveram empenhados em levar “novas tecnologias” aos indígenas. É importante salientar que a jurisdição da Inspetoria do Amazonas se dava sobre uma vasta extensão territorial, ocupando, além do atual

528 MELLO, Joaquim Rodrigues de. *A política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios: 1910-1932*. (Dissertação) Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, 2007, p. 70, 71. O nordestino só passou a se tornar um elemento importante nesse processo de extração da borracha a partir do momento em que a produção exigida tornou-se cada vez maior, e a força de trabalho indígena já não era suficiente.

Estado do Amazonas, o atual Estado de Roraima, parte significativa do atual Estado de Rondônia (que foi criado a partir do desmembramento de parte do Estado do Amazonas e de parte do Estado de Mato Grosso), norte do Mato Grosso e oeste do Pará. Contudo, já a partir de 15 de dezembro de 1911, seu campo de jurisdição foi ampliado, incorporando o Território do Acre, até então uma inspetoria independente.⁵²⁹

A gestão de Alípio à frente do SPI, de julho de 1911 a janeiro de 1912, assim como a de seus sucessores, seguia a busca da “pacificação” e da “civilização” dos indígenas, na procura de sua integração cultural à nação, libertando-os da categoria de selvagens em que se encontravam, como fica claro no parágrafo a seguir:

[...] a proteção em todos os sentidos ao índio brasileiro, já lhe fornecendo gratuitamente tudo o que precise, desde o alimento até a ferramenta de trabalho, já, sobretudo, libertando-o a todo transe da ignóbil opressão do pseudocivilizado. Tal é o principal intento dos novos servidores da grande causa: tal é o nosso primeiro dever, nosso soberano empenho, nossa cruzada, nossa paixão (BANDEIRA *apud* OLIVEIRA, 1947, p. 45).⁵³⁰

Interessante perceber que os relatos das viagens realizadas por Alípio no Amazonas – e aqui descritas por José Bezerra Cavalcante, então diretor do SPILT –, para apresentar a região ao ministro da Agricultura, mostram não somente as variadas culturas nativas, mas também o sentimento de medo, de receio,

529 MELLO, *Idem*, p. 73, 74, 77, 81.

530 OLIVEIRA, Humberto. Coletâneas de leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1947, *apud* MELLO, 2007, p. 79.

das pessoas que participavam da expedição. Assim, Cavalcante narra como as pessoas que faziam parte da expedição abandonaram a construção de um barracão logo que “descobriram na mata vestígios de índios”. Em outro momento, descreve que no “Jauapery, onde os silvícolas são tão temidos como no Uatumã”. Mas há, também, a percepção de que algumas culturas estavam em uma situação deplorável, devido ao contato com o homem branco. Ele cita os Caritianas, os Caripunás, os Garáios e os Caxarerís como explorados e trucidados pelos seringalistas da região. Cita, ainda, os Mura que outrora eram uma valorosíssima nação, “hoje transformada em agrupamento de pobres índios viciados, degradados”.⁵³¹ Uma série de conflitos armados que resultaram em mortes tanto de indígenas, quanto de habitantes de pequenas vilas e cidades, durante o século XIX, é registrada por presidentes da província ou por viajantes. No século XIX, os conflitos não serão apenas pela exploração da mão de obra indígena, mas também por suas terras, tensões estas que se estendem até os dias atuais.⁵³²

Embora houvesse na região amazônica um tratamento de exploração sistemática da força de trabalho indígena, que remonta ao período colonial, e um histórico de violências e massacres, havia quem pensasse e propusesse uma forma alternativa de inserir os povos indígenas na chamada “sociedade nacional”, e que viria a ser regulamentada em 1910 pelo SPILT. Como afirma, por exemplo, o engenheiro e naturalista brasileiro Barbosa Rodrigues:⁵³³ “Lançar, pois, as bases para começar a civilização, isto é, o ensino que os torna cidadãos onde se firmam os

531 *Ibidem*, p. 85.

532 CUNHA. *Op. cit.*, p. 139.

533 Barbosa Rodrigues foi um botânico que, a mando do governo imperial, realizou viagens exploratórias ao rio Capim, nos anos 1874 e 1875, como parte da Comissão Exploradora do Vale do Amazonas.

deveres de honra. Brio, do justo e do honesto, para que sejam úteis à pátria”.⁵³⁴

Um dos maiores conflitos na região amazônica, originado pela exploração da borracha, ocorreu entre os indígenas de Jauapery e os habitantes da Vila de Moura. Ao assumir a Inspeção do Amazonas, Alípio Bandeira tomou para si a missão de voltar a apaziguar a relação entre eles. Para tal, Alípio se utilizou de uma estratégia de aproximação empregada, tanto por Barbosa Rodrigues quanto por Rondon, que era a troca de “brindes”, principalmente facões e machados, por objetos de manufatura e produção indígena, tais como arcos, flechas, bananas e macaxeira. Esse tipo de aproximação deixa bem evidente o uso da não violência na aproximação com os nativos, uma característica típica da doutrina positivista na qual o SPI se inspirava. Assim, Alípio Bandeira, ao vivenciar as demonstrações de tranquilidade dos povos indígenas, chega à conclusão de que, se a aproximação com os Moura tivesse sido feita de modo mais pacífico, com certeza os nativos já estariam incorporados à “civilização”.⁵³⁵

Enquanto no Sudeste o conflito entre indígenas e o homem branco era por causa das plantações de café, no Amazonas, era a borracha o produto a ser conquistado pelos seringalistas, o que levava os indígenas a serem vistos como um empecilho ao desenvolvimento econômico, afinal o produto estava em suas terras. Por isso, o SPI sofreu represálias por parte do governo, tanto do estadual quanto do federal.

Em fins de 1913, o Congresso Nacional reduziu a verba orçamentária do SPILTN, o que obrigou o Ministério da Agricultura a dispensar vários funcionários, entre os quais o capitão Alípio Bandeira, sendo a Inspeção do Pará anexada à Inspeção do

534 RODRIGUES, 1885. apud MELLO, 2007, p. 90.

535 RODRIGUES, 1885. apud MELLO, 2007, p. 94, 95.

Maranhão em janeiro de 1914.⁵³⁶ (Para a elite política da época, a atuação do SPI, ao menos na região do Amazonas, era vista como empecilho à livre exploração das terras indígenas, afinal, ao serem vistos como nações independentes, suas terras deveriam ser preservadas, ou se fosse para atender às demandas de um mundo capitalista, a exploração deveria ser feita com o consentimento e com a inserção da cultura indígena à nação. Mas a modernidade exige pressa e a sociedade não estava disposta a esperar o processo civilizatório acontecer. Apesar de tudo, percebe-se que a ação do SPI no Amazonas seguiu o ideário de “pacificar”, baseado na doutrina positivista de Auguste Comte, que significava retirar o indígena do estágio primitivo em que se encontrava, trazendo-o à sociedade com a finalidade de transformá-lo no homem positivo. Mesmo utilizando, em alguns momentos, de meios não agressivos, “pacificar” significava afastar o indígena de seu estado “improdutivo” para integrá-lo à sociedade, que se pretendia nacional. Assim, mesmo nos Estados onde a atuação do SPI fosse contrária à dinâmica das elites políticas e econômicas da época, sua percepção de moldá-lo segundo a civilização era também uma maneira de desarticular sua cultura.

Conclusão

Para finalizar, esclareço que não foi objetivo do texto explicar os meios de trabalho e educação do SPI quanto à população indígena, ou a participação dos militares que, inicialmente, possuíam papel fundamental junto ao órgão. O objetivo aqui foi somente tentar responder a questões básicas da filosofia positivista como a concepção que o Apostolado formulou sobre os povos indígenas. Portanto, sua aparente contradição ao aceitá-los

536 MELLO, 2007, p. 99.

como nações independentes e, ao mesmo tempo, classificá-los como a "infância da humanidade" e até que ponto o SPI abarcou essa concepção de acordo com os interesses do Estado.

Constata-se, também, que a percepção de parte da sociedade, e da elite nacional, de que o indígena é um entrave ao progresso econômico permanece atual. A inclusão da cultura dos povos nativos ainda é vista com desconfiança por parte da população. Da mesma forma, o uso da violência, seja ela física ou simbólica, para essa admissão do indígena na sociedade, ocasionando o desaparecimento de culturas, é aceito por muitos nos dias atuais. Assim, pode-se dizer que ainda hoje, em várias ocasiões, os nativos são vistos como estrangeiros, mesmo sendo povos originários de nossa nação.